

Toponímia e Lugar: os significados múltiplos dos logradouros públicos no município de Grajaú, MA.

Toponymy and Place: the multiple meanings of public places in the municipality of Grajaú, MA.

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Geógrafo, Prof. Adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Doutorando em Geografia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

dugeografo@hotmail.com; luiz.neves@ufma.br

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de debater e analisar a origem da toponímia dos logradouros públicos no município de Grajaú, Estado do Maranhão, mais precisamente o seu núcleo urbano, a partir de um contexto linguístico e geo-histórico. Investiga-se de que forma os topônimos foram formados e porque alguns deles permanecem e porque outros desapareceram. Procura-se atestar que a nomeação desses logradouros é um traço cultural, cons trutor de identidades, mas também uma estratégia política de poder, representado pela instauração de leis e decretos municipais, que determina e impõe, de maneira bastante emblemática, a forma como acontece a nomeação. A pesquisa contou com a leitura e interpretação de textos e obras relacionadas ao tema, tais como *Toponímia e Lugar*, além de uma investigação empírica com visitas às ruas e praças da cidade para fins de catalogação dos logradouros a partir da nomenclatura formulada por Dick (1990) e aplicação de questionários sobre as características físicas, sociais e culturais dos lugares.

Palavras-chave: Toponímia; Lugar; Logradouros; Grajaú

Abstract

This article aims to debate and analyze the origin of the toponymy of public places in the municipality of Grajaú, State of Maranhão, more precisely its urban core, from a linguistic and geo-historical context. It investigates how the toponyms were formed and why some of them remain and why others disappeared. The aim is to attest that the naming of these places is a cultural trait, a builder of identities, but also a political power strategy, represented by the establishment of municipal laws and decrees, which determines and imposes, in a very emblematic way, the way in which appointment. The research included reading and interpreting texts and works related to the theme, such as *Toponymy and Place*, in addition to an empirical investigation with visits to the streets and squares of the city for the purpose of cataloguing the streets based on the nomenclature formulated by Dick (1990) and application of questionnaires on the physical, social and cultural characteristics of the places.

Keywords: Toponymy; Place; Streets; Grajaú.

1. INTRODUÇÃO

Os nomes de ruas, praças, becos e vielas são enunciados que se originam de forma espontânea a partir de uma língua viva, que sofre transformações ao longo do tempo, podendo mudar de grafia ou mesmo entrar em desuso.

A toponímia se preocupa com a procedência e o significado dos nomes dos lugares, juntamente com a antroponímia (que cuida do significado dos nomes das pessoas), faz parte da Onomástica, um ramo da Linguística que se refere aos nomes de sujeitos e lugares. De acordo com Dick (1990), o estudo da toponímia não se restringe à investigação linguística ou etimológica, pois procura também a significação dos nomes dos lugares, extrapolando a esfera linguística, levando em consideração também os aspectos geo-históricos, socioeconômicos e antropoculturais.

O lugar é resultado das experiências humanas. Sua existência é explicada pela maneira como as pessoas o percebem e lhe dão significado. Por sua vez é constituído e apreendido nas relações do cotidiano. Para Oliveira (2014) o lugar é um microcosmo, onde cada pessoa se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona com cada pessoa. Neste sentido, o lugar é caracterizado como “significação e experimentação concreta do mundo” (CRESSWELL, 2004, p. 41). É nele que deve existir uma sensação de familiaridade entre os indivíduos e de enraizamento para com o ambiente circundante, disso decorre sua forte carga subjetiva.

Os nomes assumem uma função imprescindível, a de identificação para o grupo que se utiliza deles. Essas designações apresentam uma forte relação de subjetividade com o grupo, havendo uma significação, uma relação de complementaridade entre o lugar e o habitante mediada pelo topônimo. A nomeação dos lugares é um traço cultural inconfundível, mas é também de poder. Ela é uma prática social e uma prática discursiva. Para Tuan (1975), dar nome a um lugar é dar seu explícito reconhecimento, isto é, reconhecê-lo conscientemente ao nível da verbalização. Como já foi mencionado, o topônimo é um alicerce na construção de identidades e por mais que alguns nomes tentem se manifestar por imposição, seu uso implica consentimento.

Para Gohn (2004) a identidade de um grupo se constrói a partir de um conjunto de percepções e visões de mundo que transparece no seu processo de experiência histórica, ao atuar coletivamente, aliada as representações simbólicas que também constrói ou adota. Assim é possível afirmar que toda identidade é produzida socialmente por meio de uma atividade discursiva e imaginária. Reforça-se, portanto, seu caráter cultural.

O município de Grajaú, do ponto de vista político-administrativo, está situado na Mesorregião do Centro Maranhense, inserida na Microrregião do Alto Mearim e Grajaú. Do ponto de vista natural-paisagístico encontra-se situado na região ecológica da Pré-Amazônia (FEITOSA; TROVÃO, 2006). Atualmente o município possui uma extensão geográfica de 8.842,782 km² e uma população de 62.093 habitantes segundo o último Censo realizado pelo IBGE em 2010 e uma população estimada para 2018 de 68.876 habitantes. Cerca de 59,74% da população reside na zona urbana, sendo que a incidência de pobreza no município e o percentual dos que estão abaixo do nível de pobreza é de 56,37% e 46,65% respectivamente (IBGE, 2010).

O presente artigo se deterá em discutir e analisar a origem da toponímia dos logradouros públicos do município de Grajaú, mais precisamente no seu núcleo urbano, a partir do contexto linguístico e geo-histórico. Investiga-se historicamente de que forma os topônimos foram formados e porque alguns deles permanecem e porque outros desapareceram. Procura-se atestar que a nomeação desses logradouros é um traço cultural, por isso construtor de identidades, mas também uma estratégia política e de poder, representado pela instauração de leis e decretos municipais, que determina e impõe, de maneira bastante emblemática, a forma como acontece a nomeação.

Esta investigação é também resultado de um projeto de pesquisa intitulado “TOPONÍMIA URBANA, PODER E IDENTIDADE: desvelando os significados geo-históricos e sociopolíticos dos nomes dos logradouros públicos no município de Grajaú, MA”, coordenado pelo autor, que durou 2 anos em Grajaú (2017-2019) e teve o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), a quem agradeço o apoio.

2. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A localização do município de Grajaú está sob as coordenadas geográficas de 05°49'10" de Latitude Sul e 46°07'48" de Longitude Oeste (IBGE, 2010).

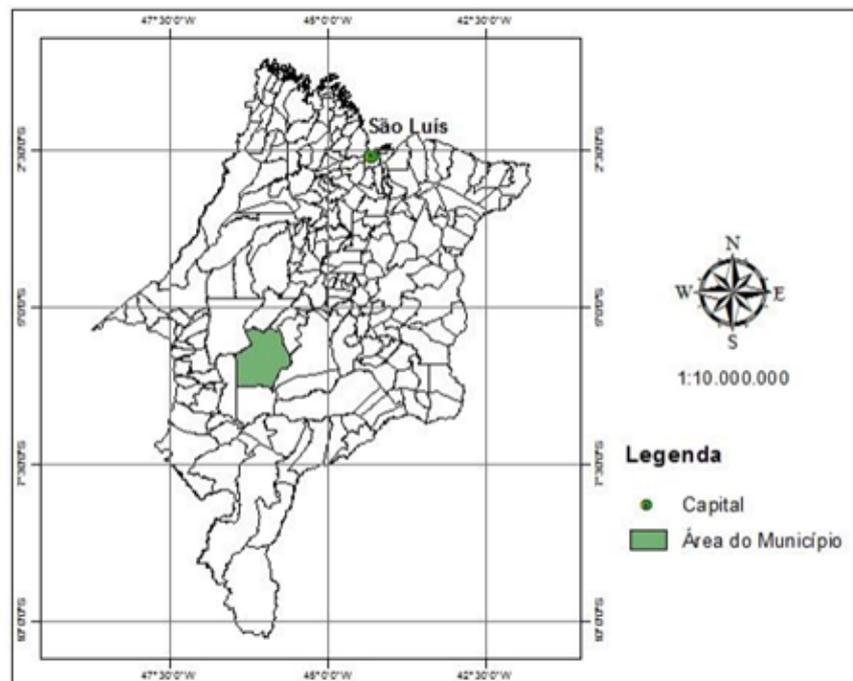


Figura 1 - Mapa de localização do município de Grajaú.

Fonte: Campos Filho, 2011.

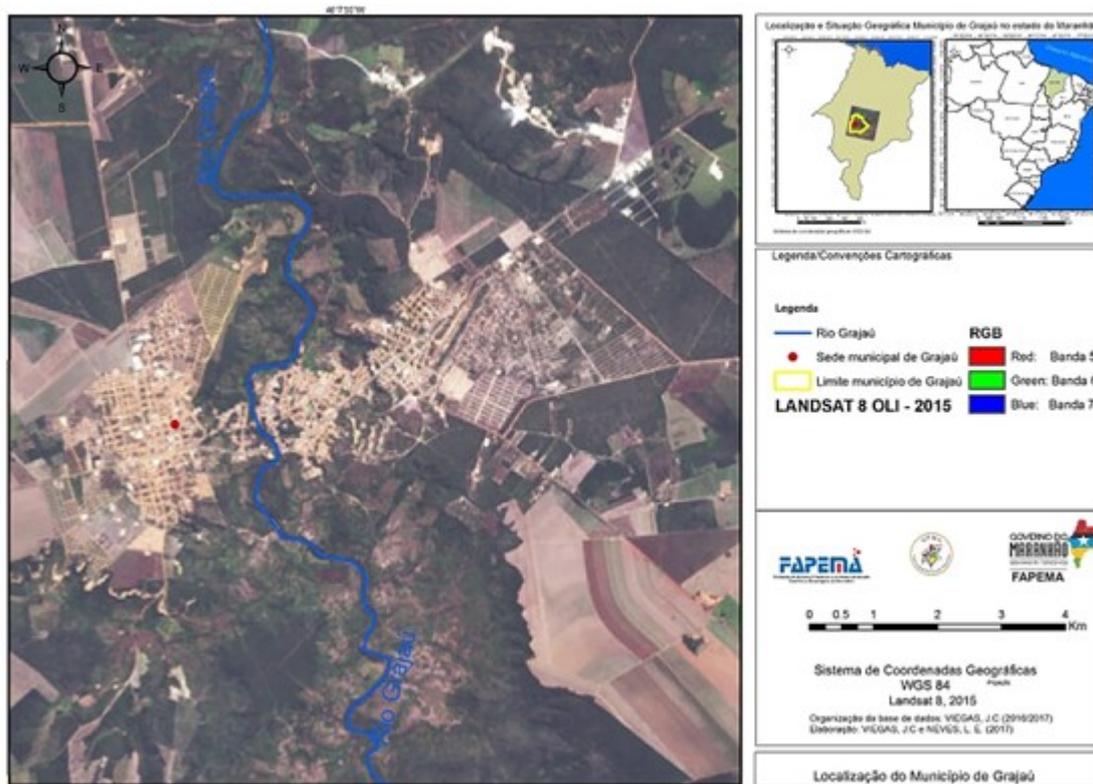


Figura 2 - Mapa da área urbana do município de Grajaú.

Fonte: Elaborado por Josué Viégas, 2018.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa que resultou neste trabalho se realizou no município de Grajaú com participação de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão, Campus Grajaú. O projeto contou inicialmente com uma pesquisa bibliográfica acerca dos seguintes temas: história urbana de Grajaú, toponímia, identidade e poder. Tais temáticas podem ser encontradas, sobretudo, em livros e artigos científicos. Escolheu-se a pesquisa do tipo qualitativa para a realização do estudo, pois de acordo com Chizzotti (1995, p. 79)

a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Desta forma, a pesquisa qualitativa possibilita uma leitura da realidade alicerçada em um conjunto de conhecimentos que possa dar sustentação ao que se quer apreender de concreto sobre o objeto pesquisado. A partir disso utilizou-se uma tipologia de topônimos baseada no estudo de Dick (1992, p. 31-34), na qual estabelece 27 (vinte e sete) taxionomias, sendo 11 (onze) referentes ao ambiente físico e 16 (dezesesseis) ligadas aos aspectos socioculturais e históricos.

Taxonomias de Natureza Física: 1. *Astrotopônimos* – Referente aos nomes de corpos celestes (ex: Rua da Estrela); 2. *Cardinotopônimos* – Relativo a posições geográficas em geral (ex: Rua do Norte); 3. *Cromotopônimos* – Referem-se à escala cromática (ex: Beco Escuro); 4. *Dimensiotopônimos* – Relativos as características dimensionais dos acidentes geográficos como largura, comprimento, extensão, altura e profundidade (ex: Rua Grande); 5. *Fitotopônimos* – Ligado a plantas e vegetais (ex: Rua da Mangueira); 6. *Geomorfotopônimos* – Referente às formas topográficas, elevações no terreno, depressões e formações litorâneas (ex: Montanha Russa); 7. *Hidrotopônimos* – Referentes à acidentes hidrográficos em geral (ex: Fonte do Ribeirão); 8. *Litotopônimos* – Ligados aos minerais e componentes do solo (ex: Fonte das Pedras); 9. *Meteorotopônimos* – remete a idéia de fenômenos produzidos na atmosfera terrestre (ex: Praça do Trovão); 10. *Morfotopônimos* – Relativo aos topônimos cujo sentido lembra as formas geométricas (ex: Rua da Curva); 11. *Zootopônimos* – Entre as fontes motivadoras de topônimos é comum, no Brasil, a presença de animais (ex: Rua da Cotovia).

Taxonomias de Natureza Antropocultural: 1. *Animotopônimos* (ou *Nootopônimos*): topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. (ex: Praça da Saudade); 2. *Antropotopônimos*: topônimos relativos aos nomes próprios individuais (ex: Praça Odorico Mendes); 3. *Axiotopônimos*: topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais (ex: Avenida Senador Vitorino Freire); 4. *Corotopônimos*: topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes (Rua Belo Horizonte); 5. *Cronotopônimos*: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a) (ex: Rua Cidade Nova); 6. *Ecotopônimos*: topônimos relativos às habitações em geral. (ex: Rua do Mocambo); 7. *Ergotopônimos*: topônimos relativos aos elementos da cultura material. (ex: Beco das Canoas); 8. *Etnotopônimos*: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (ex: Avenida dos Africanos); 9. *Dirrematopônimos*: topônimos constituídos de frases ou enunciados lingüísticos. (ex. Passa e fica); 10. *Hierotopônimos*: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto (ex: Largo dos Evangélicos). Essa categoria subdivide-se em: 10.1 *Hagiotopônimos*: nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano (ex: Rua Nossa Senhora da Guia), 10.2 *Mitotopônimos*: entidades mitológicas (ex: Rua Zeus); 11. *Historiotopônimos*: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas (ex: Rua 21 de Abril); 12. *Hodotopônimos*: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural (ex: Caminho da Boiada); 13. *Numerotopônimos*: topônimos relativos aos adjetivos numerais (ex: Dois vizinhos); 14. *Poliotopônimos*: topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial (ex: Vila Conceição); 15. *Sociotopônimos*: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da

comunidade, aglomerados humanos. (ex: Travessa dos Vidraceiros); 16. *Somatopônimos*: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal (ex. Braço do Trombudo).

A pesquisa documental foi também de grande valia para o alcance dos objetivos propostos. Os acervos documentais da Câmara dos Vereadores – a exemplo da legislação – e de outros órgãos públicos, como os Correios, e também em acervos particulares foram consultados, de modo a tentar compreender o marco legal e outros aspectos da nomeação dos logradouros no município. Houve também outra importante etapa no percurso da pesquisa, a ida a campo. Para Gonsalves (2001, p. 67)

a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentados.

Foram aplicados dois tipos de questionários por alunos e professores envolvidos no projeto: um técnico-urbanístico, que verificou as condições físicas do logradouro, informações sobre as placas, dados sobre o acesso ao logradouro, situação das placas, numeração das edificações e o estado de conservação das ruas, avenidas e praças. Outro, sociocultural, que buscou levantar com os moradores e trabalhadores os nomes pelos quais os logradouros eram conhecidos, o porquê destas denominações, além dos locais de início e término de cada logradouro.

Houve também a produção de um mapa da área urbana do município, a fim de que se possa ter as reais dimensões e alcance dos arruamentos e seus respectivos eixos de expansão. Por fim, aliada a produção cartográfica, se produziu um acervo iconográfico com fotografias oriundas dos próprios professores e alunos na ida à campo.

4. OS TOPÔNIMOS EM GRAJAÚ: HISTÓRIA, TRADIÇÃO E PODER

No Brasil, as regiões urbanas possuem uma quantidade maior de logradouros com taxonomias de natureza Antropocultural. Isso é explicado pelo fato de existir nesses lugares paisagens com objetos técnicos variados, espaços compostos de monumentos, construções, muros, lojas, elementos distantes de uma realidade físico-natural. Foram catalogados 200 logradouros na área urbana de Grajaú em 7 tipos a saber: Rua, Avenida, Praça, Travessa, Vila, Caminho, Estrada. Existem mais logradouros em lugares de ocupação recente na cidade, mas estes não entraram na contabilidade por apresentarem denominações com números ou letras, pela dificuldade de acesso e pela questão da violência. Dos 200 pesquisados, 18 apenas são de natureza física e 182 de natureza antropocultural, conforme o gráfico da figura 3.

Embora em número bem menor, as taxas de natureza física se relacionam as características presentes na paisagem da cidade. Encontramos assim as denominações como Rua Rio Grajaú (o rio Grajaú, afluente principal da margem esquerda do rio Mearim, é o mais importante canal de drenagem

do município, o qual apresenta como bioma principal o Cerrado e a Floresta Estacional), Rua da Gruta, ou gruta como se fala em Grajaú (referência a existência de um grande e profundo buraco nas proximidades deste logradouro) e Rua da Gipsita (o minério típico de bacias sedimentares é bastante encontrado em Grajaú, embora pouco explorado em relação ao quantitativo de reserva, matéria-prima, dentre outras coisas, do gesso). As Ruas da Pitomba, da Mangueira e do Cajueiro (exemplos clássicos que se repetem no Brasil, tais espécies de árvores são comuns no município de Grajaú).

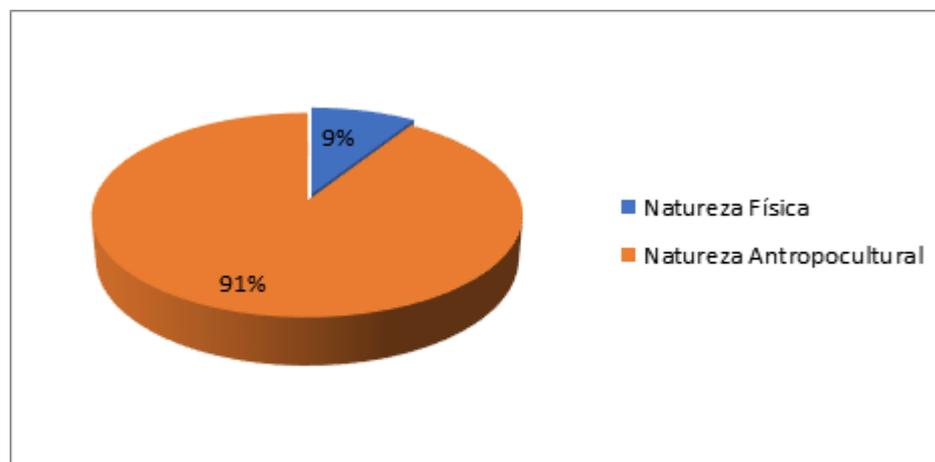


Figura 3 - Topônimos em Grajaú segundo a natureza.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

De modo surpreendente, se encontrou uma imensa quantidade de denominações de natureza antropocultural (91%), característica de lugares com alto grau de urbanização, o que não é o caso de Grajaú, um município de pequeno para médio porte, apesar de ter mais de 2 séculos de fundação, idade que, em parte, ajuda a explicar o grande quantitativo de topônimos de natureza humana e cultural. O gráfico da Figura 4 mostra as diferentes tipologias a partir de Dick (1992).

É possível observar no gráfico que as maiores incidências taxonômicas em Grajaú são os Antropotopônimos (30%), os Hierotopônimos (18%), os Axiotopônimos (10%) e os Historiotopônimos (9%), todos de natureza antropocultural.

A partir desta constatação, foi escolhido dissertar sobre as quatro taxonomias mais frequentes, os Historiotopônimos, os Axiotopônimos, os Hierotopônimos, que têm nos santos católicos sua maior incidência e os antropotopônimos, representados principalmente por pessoas ligadas ao poder local e seus parentes. Em relação aos historiotopônimos, há em Grajaú logradouros que se referem a datas comemorativas de eventos históricos, como as Ruas 13 de maio (abolição da escravidão em 1888), 21 de abril (Tiradentes), 7 de setembro (dia da Independência do Brasil em 1822) e 15 de novembro (que marca a data do golpe militar da Proclamação da República em 1889).

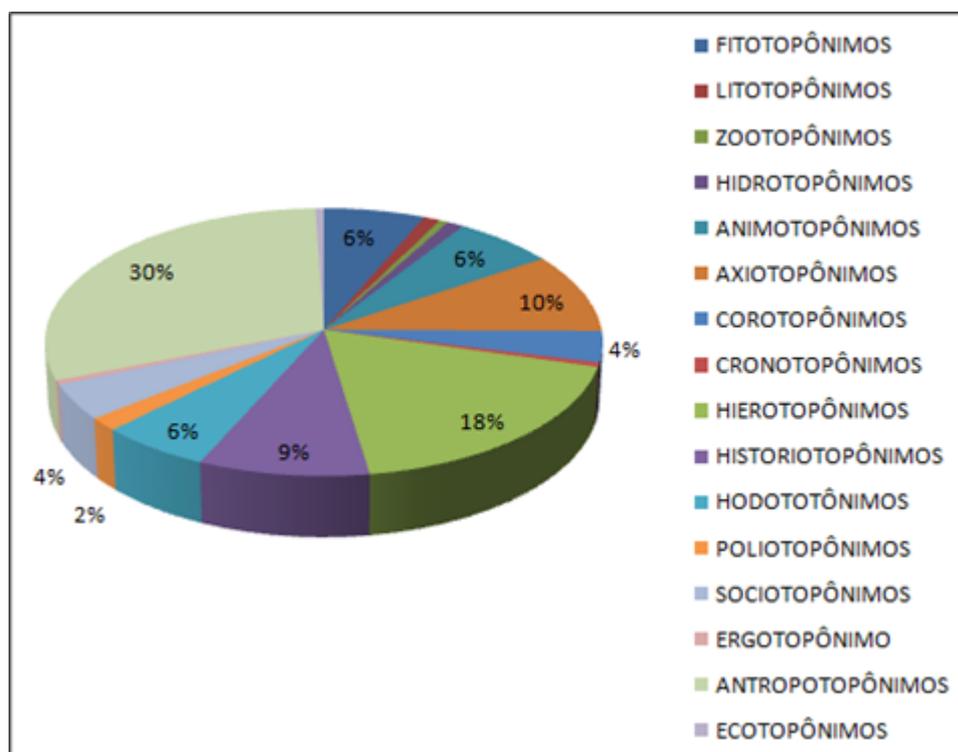


Figura 4 - Taxonomias toponímicas dos logradouros em Grajaú.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

No que tange aos axiotopônimos existem muitas ruas com a denominação do título católico de “Frei”, da ordem religiosa franciscana. O mais famoso em Grajaú foi o médico e Frei italiano Alberto Beretta, que viveu na cidade por 31 anos, chegando lá em agosto de 1949. Ele é nome de praça e rua em Grajaú, além dele existem as ruas Frei Lauro, Frei Damião, Frei Benjamin de Borno e Frei Ermenegildo. Além dessas existem ainda ruas que começam com patentes militares como Ruas Major Gustavo Santos e Capitão Ferraz, além de Rua Governador Edson Lobão e Rua Governador Eptácio Cafeteira, políticos que comandaram o Estado na década de 1990 e 1980, respectivamente.

Tanto os Hierotopônimos quanto a sua subdivisão em Hagiotopônimos, nomes ligados ao hagiológico católico, são muito encontrados em Grajaú. São topônimos ligados à fé cristã como Rua da Bíblia e Rua Bom Jesus, e também nomes de Santos católicos, como as Ruas Santa Luzia, São Francisco de Assis, Santa Isabel, São João, São Raimundo, São José, São Pedro, entre outras. As referências constantes a santos católicos nos logradouros da cidade são a prova da marca da colonização portuguesa em Grajaú, de forte viés da religião católica.



Figura 5 - Catedral do Nosso Senhor do Bonfim em Grajaú.

Fonte: Produzida pelo autor, 2019.

É necessário afirmar que a maioria dos logradouros com nomes de santos está diretamente relacionada à apropriação do território pelos habitantes do lugar por símbolos e monumentos católicos, a exemplo da Catedral Nosso Senhor do Bonfim (Foto da figura 5). De acordo com Isquierdo (1996, 142-143), “dar o nome de um santo a alguém ou a algum lugar significa colocar esse ser ou esse local nomeado sob os cuidados específicos desse santo”.

Para Choay (2006, p. 18), “chamar-se-á monumento tudo o que o quer for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, ritos, mitos ou crenças”. As igrejas em Grajaú são exemplos emblemáticos, já que se inscrevem no lugar de forma a fortalecer os laços afetivos da comunidade.

Rosendhal (2005, p. 198) assinala que “o território é ocupado, e dessa forma, consagrado, protegido e reconhecido pela comunidade”. As igrejas e a religião possuem grande importância para o território, pois são fundadoras de identidades e se exprimem através de símbolos, como por exemplo, a estrutura física das igrejas e suas imagens, que passam a representar um lugar sagrado para seus moradores, que se dirigem com regularidade para orar, rezar, comungar e pedir a Deus a remissão de seus pecados. Para Rosendhal (2007, p. 204), as “diferentes análises geográficas sobre o lugar religioso enfatizam a vivência e a identidade religiosa. Cada comunidade religiosa se estabelece

no mundo sagrado onde participa da memória histórica no tempo e no espaço”. Os monumentos sagrados em Grajaú têm um papel primordial na formação de identidades e nomeação de logradouros do entorno.

4.1. Antropotopônimos em Grajaú

4.1.1. Antecedentes históricos

O atual município de Grajaú, antes porto de uma fazenda denominada “chapada” pertencente a Manoel Valentim Fernandes, desde sua fundação tem convivido com os nativos indígenas no processo de crescimento urbano-rural. O nome do município se deve ao grupo de índios que habitou uma boa parte das terras drenadas pelo rio Grajaú que corta a cidade, os Guajajaras. Entretanto, hoje os índios se encontram confinados em uma reserva demarcada de 137.329 hectares protegida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

O nascimento do município se dá a partir de conflitos entre os brancos e os índios, grupos de pessoas que já habitavam o lugar. Tais conflitos se dão pela disputa do território e tem no rio seu recurso mais valioso. O lugar que viria a se transformar em cidade teve início com a primeira viagem fluvial do navegador Alferes-de-milícia Antônio Francisco dos Reis que, com outras pessoas de sua família e moradores da alta ribeira do Grajaú, navegou em direção à montante do rio em março de 1811, em pequenos barcos fabricados com essa finalidade, para que permanentemente, fosse explorada a navegação e povoado aquele lugar. Ocuparam uma área, à margem direita do rio, uma povoação que chamaram de *Porto da Chapada*¹, onde foram construídas casas, depósitos de sal e gêneros alimentícios com vistas a abastecer os moradores ali residentes e de outras ribeiras vizinhas, chegando a quarenta o número de pessoas que se propuseram a habitar o porto.

Para a colonização e fundação do *Porto da Chapada* assim como em outras regiões do Maranhão e do Brasil, conflitos entre índios e não índios foram intensificados, resultado da invasão de terras e recursos dos habitantes nativos. É sabido que a História brasileira seja marcada pelo extermínio de várias tribos em todo o território brasileiro, na qual os brancos são apontados como fundadores e conquistadores de terras, quando na verdade essas terras já eram povoadas e conhecidas por homens e mulheres, os índios, que ainda hoje, permanecem no imaginário de muito brasileiros como violentos e selvagens. De acordo com Ribeiro:

Quando os colonizadores navegaram o Rio Grajaú tribos indígenas já viviam as margens do rio como os Timbiras Piocobgés que foram expulsos de seus territórios. Tudo ia muito bem até que em 1814, os índios Timbiras resolveram retomar as terras que lhes pertenciam. Atacaram o incipiente lugarejo de quarenta habitantes, queimando vivos trinta e oito deles, juntamente com suas casas. Incendiaram as canoas atracadas no porto e levaram o que foi

¹ “Funcionava como posto avançado rumo à conquista noroeste da Capitania do Maranhão, além de um entreposto comercial estratégico” (PACHÊCO FILHO, 2011, p. 99).

possível: sal, açúcar, aguardente, e outros gêneros, que começavam a fazer parte de seu cotidiano. Raptaram uma criança e a fizeram cativa. Assim, “cortado em flor”, o nascente entreposto comercial da ribeira do rio Grajaú desaparecera. (RIBEIRO, 1848 *apud* PACHÊCO FILHO 2015, p. 98).

A história de Grajaú na maioria das vezes é contada e conhecida por seus moradores enfatizando apenas o acontecimento de 1814 tendo os indígenas como vilões da história, o que deveria ser analisado a partir dos dois lados, já que os colonizadores tomavam à força suas terras e todos os seus recursos naturais existentes, dizimando tribos e culturas que viviam às margens do rio Grajaú. Mesmo com esse acontecido, o *Porto da Chapada* não poderia deixar de existir, devido a influência comercial e econômica que estava desempenhando no Sul do Maranhão, fazendo com que os colonizadores se organizassem para uma segunda expedição com o objetivo de tomar de uma só vez a terra dos Timbiras. Para Abranches (1959, p. 114),

tempos depois, uma segunda bandeira organizada poderosamente em Pastos Bons, tentava por sua vez desalojar os Timbiras das suas aldeias do alto da serra. Vencedores na primeira investida, devido à sua superioridade em armas, não contaram com a tática dos agredidos que, dispostos estrategicamente em pequenas colunas aguerridas que, obrigaram-nos a esgotar as munições para, de chofre, cair sobre eles, aniquilando-os e chofre horrendo luta contra o corpo.

Nesse sentido, o nascimento do município de Grajaú se dá a partir de intensos conflitos entre colonizadores fazendeiros e índios, na qual os colonos apesar de algumas vezes serem derrotados pelos indígenas, ainda assim aos poucos levaram vantagem principalmente pelo uso de armas de fogo, que possibilitou a definitiva apropriação das terras indígenas com a fixação de fazendas e povoamentos que aos poucos se desenvolveu o núcleo urbano de Grajaú.

Abranches (1959) explica ainda que uma terceira turma de bandeirantes, chefiada pelo fazendeiro Manoel Valentim Fernandes foram responsáveis pela reconstrução do Porto da Chapada e das casas que iam fazendo parte da Vila da Chapada e da construção da Igreja do Senhor Bom Jesus do Bonfim estabelecida no centro e no planalto mais alto da pequena Vila, que através da Lei “Provincial nº 19 de 15 de Outubro de 1892 é elevada à categoria de cidade com o nome de Grajaú.” (DINO, 1985, p. 35).

Historicamente existe uma intensa relação entre o desenvolvimento do município e o seu principal recurso natural – o Rio Grajaú. O município de Grajaú passou a se desenvolver economicamente em virtude da intensidade de navegação no rio, transformando-se, em pouco tempo, no mais importante empório comercial da região Centro-Sul do Estado.



Figura 6 - Estátua de Frei Alberto Beretta, na praça que leva seu nome.
Fonte: produzida pelo autor, 2018.

Até início dos anos 1930, ela funcionava como núcleo irradiador de produtos para abastecer outros municípios do sul do Maranhão, bem como outros estados. Do final do século XIX ao início do XX, a economia grajauense sustentava-se das potencialidades do rio, tendo como meio de transporte canoas e barcas. Em meados da década de 1930, embora a navegação no Rio começasse a dar sinais de falência, este recurso continuou sendo primordial nas diversas relações culturais e econômicas estabelecidas em Grajaú até os dias de hoje.

O rio Grajaú, afluente principal da margem esquerda do rio Mearim, é o mais importante canal de drenagem do município, o qual apresenta como bioma principal o Cerrado e a Floresta Estacional. Segundo informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2010 *apud* BRITO, 2013), o município de Grajaú vem perdendo sua cobertura vegetal para abrir novas fronteiras agrícolas, principalmente a cultura da soja e a inserção do carvão vegetal a partir do plantio desenfreado do eucalipto para abastecer as empresas de gesso da região.

Nas últimas décadas do século XIX e durante todo o século XX, o poder público agiu, via publicação de resoluções e leis, de forma a homenagear personalidades locais e conhecidas no Maranhão e no Brasil através de batismos de logradouros e da construção de monumentos. Essas ações tiveram como consequência principal a duplicidade de nomes para um mesmo logradouro.

A imposição de nomes por parte do poder público funcionou em alguns casos, mas em outros a força da memória popular coletiva através do uso cotidiano do nome antigo do logradouro se sobressaiu. São alguns exemplos de batismos impostos que perduram até hoje em Grajaú: Rua São Paulo do Norte e Rua Antônio Francisco dos Reis. Outras ruas mudaram de nome via leis municipais e substituíram os nomes antigos, a exemplo da Rua 7 de setembro que se chamava antigamente de Rua do Horto Grande e a Rua Argemiro Guará, que é conhecida por alguns moradores como Rua Buraco da Gia.

O ato de nomeação dos logradouros, seja pelos habitantes do lugar ou pelos que estão no poder, nos ajudam a compreender mais sobre a história do lugar e assim preservar uma memória. Pierre Nora, ao diferenciar memória e História, forja o termo “lugares de memória”, que são como restos, resquícios de um passado que deve ser cristalizado em formas, como monumentos e símbolos. Para Nora (1993, p. 13), “os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há uma memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações (...) pois sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria”. Os lugares da memória em Grajaú giram em torno dos nomes de santos católicos e religiosos e de personalidades locais e seus parentes, como prefeitos e ex-prefeitos, secretários da prefeitura, vereadores, militares, etc.

Há por exemplo na cidade um loteamento, uma rua e uma praça com um monumento em homenagem a Frei Alberto Beretta (foto da figura 6), religioso mais importante que viveu e está impregnado do imaginário da cidade como um homem santo. Para Claval (2001, p. 202), “nomear lugares é impregná-los de cultura e poder”. A cidade é um lugar onde se inscrevem essas marcas do poder, ela é como um palimpsesto, cada demolição, cada nome de rua ou praça que se foi, ressurgem pela lembrança, ou se revela através de um signo que permanece capaz de fazer aflorar, de recompor na memória o que foi.

Por isso toda construção ou monumento inserido no espaço urbano é capaz de expressar um pensamento, um sentimento, pois é dotado de uma simbologia, que por sua vez comporta representações múltiplas sobre relações de poder. Para Foucault (2014, p. 45), o que faz com que “o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. É muito comum olharmos nomes de ruas com mesmos sobrenomes a exemplo de: Ruas Argemiro Guará e José Guará, Ruas Antônio Teles e Teodoro Teles, Rua Major Gustavo Santos e Rua Alcimar Santos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou chamar atenção sobre como se formou a toponímia dos logradouros em Grajaú. As nomeações dos lugares e das categorias da paisagem permitem falar muito sobre o

território, nem que para isso se construam estórias inventadas, forjadas pelos grupos com intuito de criar e perpetuar uma memória, seja ela de natureza religiosa ou mesmo sociopolítica. Há, portanto, uma transformação de um universo físico em um universo social.

Os nomes dos logradouros públicos não são somente um meio de referência local, mas têm a ver com um contexto específico cultural e também de relações de poder, simbolizados a partir das vontades e anseios nem sempre harmoniosos entre os habitantes que vivem e respiram o lugar e os que estão no poder.

Os monumentos religiosos e sua toponímia, como santos e igrejas, são antigos no lugar central da capital maranhense, pois possuem uma significação sagrada para os habitantes do lugar, são territórios simbólicos reivindicados, vivenciados e praticados no cotidiano através da fé do grupo que utiliza o lugar. A toponímia ligada ao hagiológico católico é, indubitavelmente, uma herança da colonização portuguesa em Grajaú.

Durante os séculos XIX e XX, os logradouros perderam uma identidade atrelada ao caráter físico e passaram a ter um significado cultural, principalmente nomeações ligadas a personalidades locais. Este processo só foi possível pelo apoio incondicional do poder público. Na realidade os nomes locais são ligados ao poder e a riqueza.

A ausência quase que total de nomes indígenas nos logradouros chama bastante atenção, visto que o município de Grajaú possui uma quantidade grande de reservas indígenas demarcadas. De acordo com a pesquisa, isso se deve à construção histórica de conflitos entre brancos e índios desde a formação da cidade, muitos fazendeiros ligados ao agronegócio na cidade não aceitam a quantidade de terras que os índios possuem, muitos desses empresários ocupam cadeiras do poder legislativo e executivo municipal e não permitem que nomes indígenas batizem lugares.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, D. **A Esfinge do Grajaú: memórias**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Jornal do Brasil, 1959. 236p.

BRITO, D. R. B.; ANDRADE, J. B.; FILHO, J. F. C.; CARVALHO, A. O.; REGO, C. A. R. M.; DIAS, C. W.; CHAGAS, L. C.; ROCHA, S. F.; MARINHO, T. R. S. Estudo da alteração do uso e cobertura do solo no centro oeste maranhense entre os anos de 2000 e 2011. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO. 16., 2013, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: INPE, 2013. p. 7186-7191.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 189p.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2006. 288p.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. 453p.

CORREIA FILHO, F. L. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea.** (Estado do Maranhão – Relatório Diagnóstico do município de Grajaú). 1. ed. Brasília, Serviço Geológico do Brasil, 2011. 31p.

CRESSWELL, T. **Place: a short introduction.** 1. ed. Oxford: Blackwell, 2004. 168p.

DICK, M. V. P. A. **Motivação Toponímica e a realidade brasileira.** 1. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990. 387p.

_____. **Toponímia e Antroponímia no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1992. 258p.

DINO, S. **Raízes Históricas de Grajaú.** 1. ed. São Luís: Sioge, 1985. 232p.

FEITOSA, A. C.; TROVÃO, J. R. **Atlas Escolar do Maranhão: Espaço Geo-Histórico e Cultural.** 1. ed. João Pessoa: Editora Grafset, 2006. 208p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 431p.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** 2. ed. Campinas: Alínea, 2001. 80p.

ISQUERDO, A. N. **O Fato Lingüístico como Recorte da Realidade Sócio-Cultural.** 1996. 409 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.

NORA, P. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, L. O Sentido de Lugar. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 3-16.

PACHÊCO FILHO, A. K. G. **Varando mundos: navegações no vale do Rio Grajaú.** 2011. 264 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

ROSENDHAL, Z. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. **Geografia: Temas sobre cultura e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005. p. 191-226.

_____. Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de análise. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 187-224.

TUAN, Yi Fu. Place an experiential perspective. **Geographical Review**, v. 65, n. 2, p. 151-165, 1975.

Trabalho enviado em 12/03/2020

Trabalho aceito em 02/06/2020